

FATORES DA GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA QUE PROMOVEM A DEMOCRACIA E A COPARTICIPAÇÃO

Larissa Cerqueira Do Nascimento¹
Diosnel Centurion²
Elane do Socorro do Carmo Oliveira³

INTRODUÇÃO

A gestão democrática é, atualmente, vista como o caminho a seguir pelos gestores/professores para fazer a escola funcionar de forma a atender às expectativas da formação adequada dos alunos-cidadãos. Esse modelo de gestão está legitimado pela Constituição Federal (CF/1988) da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, que estabelece, em seu art. 206, inciso VI, entre outros princípios, que o ensino público será ministrado com base na gestão democrática, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), promulgada em 20 de dezembro de 1996, que reforça essa determinação em seu art. 3º, inciso VIII.

Dessa forma, era de se esperar que a gestão democrática se estabelecesse nas escolas do Brasil, que os professores participassem da (re)construção dos projetos político-pedagógicos (PPPs), que os funcionários opinassem e fossem ouvidos, que os pais fossem mais à escola e participassem dos conselhos escolares, que os alunos fossem sujeitos da apreensão da cultura humana no ambiente escolar, etc. No entanto, estudos como os Fernandes (2015) revelam que, excetuando-se alguns casos muito particulares, o que se vê são inúmeros obstáculos à participação coletiva e democrática na (re)construção dos PPPs e uma incipiente participação das comunidades escolar e local na gestão escolar.

Infere-se disso que os sujeitos partícipes do dia a dia da escola, principalmente os professores, precisam integrar teoria e prática, utilizando instrumentos didático-pedagógicos e/ou de gestão para estabelecer, efetivamente, a gestão escolar democrática que, além de estar garantida pela Legislação (CF/1988, LDBEN/1996), é defendida como fator essencial ao desenvolvimento da educação no Brasil.

¹ Mestre do Curso de Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA), larissacerqueiran@gmail.com;

¹ Professor orientador: Doutor em Comunicação Internacional da Macquarie University - Austrália, lensoid@gmail.com.

³ Coautora: Pedagoga (FAZAG – Faculdade Zacarias de Goes), Dra. em Administração (Universidad Americana – Paraguai) dra.elaneoliveira@gmail.com

Para realizar tal intento, todavia, faz-se necessário analisar os fatores da gestão escolar na escola pública que promovem a democracia e a coparticipação. Além de verificar as concessões e práticas a direção da escola tem sobre a gestão democrática; aferir o efeito da gestão democrática na integração da escola com a comunidade; constatar o modo da realização da avaliação institucional; conferir o relacionamento entre os diferentes autores da escola e estabelecer os meios de coparticipação da escola com a comunidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo não-experimental, com enfoque quali-quantitativo de cunho exploratório e descritivo, baseado em aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, com pessoas envolvidas nas situações-problema e levantamento de dados correlacionados ao universo do objeto de estudo. A população foi a comunidade escolar do CIM, sendo a amostra do estudo foi não-probabilística de acordo com a conveniência do estudo e interesse dos participantes em fazer parte dos autores pesquisados. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos do tipo pizza, para a parte quantitativa, os quais depois foram ordenados na sequência do questionário. Posteriormente, se fez a análise de cada gráfico para estabelecer a tendência nos resultados mais altos de cada item avaliado.

REFERENCIAL TEÓRICO

É necessário considerar que a chamada gestão democrática de escola pública, a que nos referimos, traz de forma implícita a discussão sobre a democracia e é o resultado de lutas e movimentos realizados na década de 1980 para a democratização do país e da educação. Considerado por pesquisas como um feito histórico, desde a década de 1990, legitimado por atos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (conhecidas como LDBEN), nº 9.394, de 1996, a gestão democrática também é entendida como utopia para grande parte dos profissionais da educação.

O Plano Nacional de Educação (conhecido como PNE) 2014-2024, recomenda na meta 19 de assegurar condições dentro de 2 (dois) anos (BRASIL, 2014), para a realização da gestão democrática na educação, associada à com critérios técnicos de mérito e desempenho, no contexto das escolas públicas, a disponibilização de recursos e o apoio técnico da União. As reflexões apresentadas no presente texto parecem adequado, tendo em conta o que representa face aos desafios que se colocam que o contexto socioeconômico e político propõe à tarefa educativa. Entretanto, o que temos atualmente na estrutura formal da escola pública é um

sistema quase ausente de "predição de horizontal humano (PARO, 2016, p. 100), enfatizando que a gestão democrática não pode ser reduzida à eleição do diretor.

Neste cenário, ideologicamente, busca-se criar um consenso de que todos podem e devem participar nas decisões e nos resultados escolares, a fim de alcançar o objetivo de qualidade desejada da educação através da gestão democrática e participativa. Entretanto, conforme analisado por Cury (2007), a gestão democrática apresenta-se como imbuídos de significados relacionados com os direitos dos cidadãos e a sua liberdade de expressão. Isto significa uma educação para a democracia, num ambiente democrático onde todos está incluído - estudantes, todos os profissionais da educação e os pais, incluindo gestores, sendo capaz de se expressar e participar nas decisões da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação as práticas de relacionamento entre a comunidade, os resultados da pesquisa apontam que 80% disseram que fazem reuniões frequentes com oportunidade para alunos e professores de expor suas opiniões, 20 % também fazem reuniões periódicas com a comunidade, porem somente a gestão quem comanda, e os avisos estão restritos nos informes para a comunidade apenas no mural da escola. Entende-se que as escolas devem, buscar a integração escola-comunidade-família, buscando o planejando para se transformar em centros de debates permanentes (VIEIRA e BUSSOLOTTI, 2018).

Quanto a pergunta da prioridade da gestão na construção do Projeto Político Pedagógico, os resultados ficaram assim: 73% responderam que o PPP não é construído com toda comunidade escolar, 18% foi apenas a opinião exclusiva dos professores e 9% responderam que a construção é coletiva com a participação de todos os segmentos da escola. Destaca-se o estudo de Santos (2013) em que o autor relata que PPP não pode ser imposto, mas construído de maneira dinâmica e interativa, por se tratar de um projeto que representa a identidade de uma comunidade escolar e não de uma equipe técnica.

Sobre o funcionamento do conselho escolar desta escola, 95% dos entrevistados disseram que existe um conselho e funciona ativamente sendo chamado periodicamente, considerando que o conselho está congregado para o desenvolvimento da escola e qualidade de ensino. Quanto aos índices que disseram que não há conselho, pois, a comunidade não tem tempo para participar, não houve soma para cálculo de % e 5% responderam que existe formalmente um conselho, mas prioriza assinar documentos inquestionáveis, sem participação e interesse no funcionamento por parte dos interessados.

De acordo com Drescher (2014), o conselho escolar constitui-se em articular e buscar alternativas para que a escola atinja melhorias significativas em todos os segmentos. Nesse sentido, o autor relata que o conselho escolar se torna articulador pelo qual se pode exercer a cidadania, objetivando a participação de todos em tomada de decisões referentes a organização da escola e constituindo um elo de comprometimento para com a educação.

Quanto aos resultados da pesquisa com os alunos, 57% dos estudantes afirmaram que tem uma relação ótima, 23% boa, 10% afirmaram que regular, 7% ruim e 3% sem interesse. Silva (2012) relata a importância de criar-se estratégias na escola, para melhores condições de trabalho em equipe, objetivadas ao desenvolvimento do interesse do aluno para o aprendizado.

Os índices do estudo mostram que os alunos responderam nessa ordem: 46% disseram que com os funcionários, 28% tem mais liberdade com os professores, 19% com a equipe pedagógica e 7% com a direção. Para Soares (2013) quando o ambiente escolar favorece a expressão espontânea, o aluno expressa-se livremente sem problemas e sem constrangimento.

Sobre a participação dos pais nos assuntos da escola, os dados apontam 58% das famílias e pais tem boa participação, 26% uma participação regular e 16% ruim. Destaca-se que uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer âmbito da educação, cujo o principal seja alvo o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa com os familiares, dialogando, informando, orientando sobre diferentes temáticas, para que em parceria com a família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social aos alunos (COSTA, 2019).

Para Child (2018) afirma que o envolvimento dos pais nas escolas é o primeiro passo para o envolvimento dos pais e, em última análise, a parceria dos pais. Quando pais e professores trabalham juntos para estabelecer uma sala de aula próspera, o efeito em seus alunos é profundo. Os alunos com pais engajados não têm apenas notas altas nos testes: sua frequência, autoestima e taxa de graduação também aumentam. O relacionamento entre pais e professores é mais do que um benefício opcional para a sala de aula. Eles são essenciais para ajudar os alunos a nível pessoal e em sala de aula a alcançar seu potencial acadêmico. Se nós, como educadores, não abirmos espaço para parcerias de pais em nossas escolas, estaremos limitando a capacidade de crescimento de nossa sala de aula.

A parceria entre pais e escolas permite a conceituação de papéis e relacionamentos e o impacto no desenvolvimento das crianças de uma forma mais ampla (CHRISTENSON; RESCHLY, 2010). Nessa abordagem, as famílias e as escolas são os principais atores na construção de seus papéis e formas de envolvimento, gerando novas e variadas ações de se

relacionarem de acordo com o contexto educacional específico. Os principais achados no campo família-escola mostram uma influência positiva dessa parceria, contribuindo para o aproveitamento e desempenho acadêmico, entre outras consequências positivas (SEBASTIAN et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mensura que a instituição escolar possui uma trajetória longa e significativa no sentido da gestão democrática, através da qual é possível identificar a busca pela coerência que a caracteriza e o processo de construção e crescimento gradual de sua relativa autonomia. Assim, é menos vulnerável a vários contextos de influência.

O estudo responde que a comunidade escolar acredita que a gestão democrática implica compartilhar com a comunidade, por meio de mecanismos participativos, como reuniões, assembleias e conselhos, tomada de decisão na escola. Busca romper com práticas autoritárias, incentivando a participação de todos os segmentos escolares, na perspectiva de construção de uma nova vida cotidiana. Além disso, o estudo demonstra a falha na avaliação institucional, limitada apenas aos processos técnicos e seu método muito superficial.

Ademais, a pesquisa evidencia a complexidade de uma gestão democrática. Põe em movimento, de maneira coerente e participativa, buscando a integração escola e comunidade, considerando que o PPP propõe. É claro que existem conflitos que são abordados nos níveis colegiados da instituição, onde ainda há limites e limitações nos relacionamentos entre as hierarquias de poder.

Palavras-chave: Gestão escolar democrática; Gestão Escolar; Comunidade escolar; Coparticipação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014

CHILD, Trends. **Envolvimento dos pais nas escolas.** Obtido em childtrends, 2018.

CHRISTENSON, SL e RESCHLY, AL. **Manual de parceria escola-família.** Nova York, NY: Routledge, 2010.

COSTA, Maria Aparecida Alves; DA SILVA, Francisco Mário Carneiro; DA SILVA SOUZA, Davison. Parceria entre escola e família na formação integral da criança. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jammil. Impacto sobre as dimensões de acesso e qualidade. In: GRACIANO, M. (coord.). **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007. – (Em Questão, v. 4).

DRESCHER, Carla Hulda. **A importância do conselho escolar para a gestão democrática da escola**. 2014. 52 f. Monografia (Especialista em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Três Passos, RS, 2014.

FERNANDES, Fabiana Silva; CAMPOS, Maria Malta. Gestão da Educação Infantil: um balanço de literatura. **Educação em Revista**, v. 31, p. 139-167, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Julia Gabrieli. **O projeto político pedagógico como ferramenta da gestão escolar democrática**. Monografia (Especialista em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Três Passos, RS, 2013.

SEBASTIAN, James; MOON, Jeong-Mi; CUNNINGHAM, Matt. The relationship of school-based parental involvement with student achievement: A comparison of principal and parent survey reports from PISA 2012. **Educational Studies**, v. 43, n. 2, p. 123-146, 2017.

SILVA, NV; Barbosa, MLO. **Desempenho individual e organização escolar na realização educacional**. Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro: 2012.

SOARES, JF; Alves, MTG. Efeitos das escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas, 2013.

VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro; BUSSOLOTI, Juliana Marcondes. GESTÃO ESCOLAR. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 45-70, 2018.